



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 202590-1/01

AGRAVANTE: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH

AGRAVADO: LÚCIA MARIA DE VERAS TAVARES

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. TRATAMENTO MÉDICO. SÚMULA 18 DO TJPE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- 1- Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento a Agravo de Instrumento.
- 2- A mera repetição dos enredos outrora analisados, sem fato novo relevante associado a simples rediscussão da matéria, foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já analisadas em peças anteriores, manifesta-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
- 3- Entendimento pacificado na jurisprudência pátria e na Súmula 18 deste Tribunal de Justiça.
- 4- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 202590-1/01, figurando como agravante o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH e como agravada a Sra. LÚCIA MARIA DE VERAS TAVARES; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife,

26/01/2012

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator / Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 202590-1/01

AGRAVANTE: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH

AGRAVADO: LÚCIA MARIA DE VERAS TAVARES

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH ingressou em juízo com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada no Agravo de Instrumento nº 202590-1, que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou-lhe seguimento.

Aduziu o Apelante que *"a amplitude da cobertura oferecida pelo SASSEPE não contempla a realização do exame juntamente com o medicamento requerido pelo apelante"*. E que o SASSEPE não dispõe de recursos financeiros para o atendimento dos mais diversos tratamentos da medicina.

Nesta esteira, requereu o Agravante a reforma da decisão agravada para que fosse dado seguimento e provimento ao agravo de instrumento. Ao final, em caso do não atendimento de seus pleitos, pugnou pela submissão do presente recurso ao julgamento da Douta Câmara Julgadora.

É o relatório.

Recife, 26/01/2012


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 202590-1/01

AGRAVANTE: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH

AGRAVADO: LÚCIA MARIA DE VERAS TAVARES

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH ingressou em juízo com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada no Agravo de Instrumento nº 202590-1, que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou-lhe seguimento.

Aduziu o Apelante que *"a amplitude da cobertura oferecida pelo SASSEPE não contempla a realização do exame juntamente com o medicamento requerido pelo apelante"*. E que o SASSEPE não dispõe de recursos financeiros para o atendimento dos mais diversos tratamentos da medicina.

Nesta esteira, requereu o Agravante a reforma da decisão agravada para que fosse dado seguimento e provimento ao agravo de instrumento. Ao final, em caso do não atendimento de seus pleitos, pugnou pela submissão do presente recurso ao julgamento da Douta Câmara Julgadora.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. RECURSO DE AGRAVO. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. AGRAVO LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à rediscussão da sentença. No mérito, é mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria, não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste recurso. Agravo legal que se nega provimento à unanimidade de votos".

(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo.

Apenas por amor ao debate, volto a expor os termos da decisão terminativa monocrática atacada.

No caso em tela, o que está em questão é o direito à vida. Além do direito à vida, há que se destacar a dignidade da pessoa humana erigida à condição de fundamento constitucional da República Federativa do Brasil (art. 1º, III da CF).

Assim, não deve prosperar a alegação do Estado agravante de que a decisão ofende princípios constitucionais, dentre estes o Princípio da Legalidade, pois a previsão orçamentária da Administração Pública prevê custos com a saúde pública. Conforme já foi explanado, no caso em comento, há que prevalecer o direito à saúde e à vida.

Na presente demanda, é conclusiva a improcedência do recurso, vez que as razões apresentadas pelo recorrente não justificam a suspensão do procedimento médico do qual a agravada necessita, posto que é obrigação do SASSEPE prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde de seus segurados. Dessa forma, a pretensão almejada pela agravante é improsperável.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco enfrentando situação parelha, posicionou-se no seguinte sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR. PLANO DE SAÚDE. SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA. DÚVIDAS QUANTO AO ALCANCE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CARÁTER EMERGENCIAL DA MEDIDA. Preliminar de Extinção da Medida Cautelar ante a seu caráter satisfativo. Rejeitada à unanimidade. - A recorrida é pessoa idosa, requerendo tratamento de radioterapia em caráter de urgência, sob pena de sério risco de morte. A concessão do provimento liminar apenas possibilita à recorrida o tratamento ao qual precisa ser submetida, ficando para ação principal a discussão mais aprofundada acerca do alcance das cláusulas dispostas no contrato celebrado entre as partes. MÉRITO: - O contrato assegura o serviço de radioterapia de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas sociedades médicas pertinentes. Tal disposição se encontra firmada em caráter geral,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

não se delineando, por conseguinte, quais os limites, ou quais os serviços específicos de radioterapia com cobertura pelo plano de saúde. - Em contratos com cláusulas dispostas de forma ampla e generalizada, mormente quando se trata de avenças às quais é aplicável o CDC, não se pode restringir a sua interpretação de forma a prejudicar o consumidor, parte vulnerável na relação jurídica. - Havendo dúvidas acerca do alcance das disposições contratuais, principalmente em casos de tratamento de emergência, observa-se que, no momento em que se estabelece um confronto entre direitos meramente patrimoniais da empresa recorrente e o direito à vida e a saúde da ora agravada, este últimos devem prevalecer. - Agravo de Instrumento improvido. Decisão unânime." (AI nº 59558-2, TJPÉ, Des. Jones Figueiredo, Quarta Câmara Cível, data de julgamento 29/05/2002)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR. PLANO DE SAÚDE. LIMINAR CONCEDIDA PARA O CUSTEIO DE QUIMIOTERAPIA, EM DECORRÊNCIA DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO. CARÊNCIA. OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA. RISCO DE MORTE PARA A SEGURADA. RECURSO IMPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS. 1. A orientação dominante dos Tribunais Superiores é no sentido de que o prazo de carência fixado em contrato de plano de saúde não deve prevalecer em hipóteses de urgência. 2. Moléstia grave e de evolução rápida e silenciosa, cujo caráter emergencial é atestado por médico competente, implica em cobertura securitária obrigatória. 3. Agravo improvido, por maioria de votos." (AI 98706-6, TJPE, Des. Jones Figueiredo, Quarta Câmara Cível, data de julgamento: 30/09/03)

"ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE".

1. Esta Corte tem reconhecido que os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, têm o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes. 2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I). 3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

serviços públicos de saúde (art. 198). 4 In casu, não havendo prova documental de que o remédio fornecido gratuitamente pela administração pública tenha a mesma aplicação médica que o prescrito ao impetrante - declarado hipossuficiente -, fica evidenciado o seu direito líquido e certo de receber do Estado o remédio pretendido. 5. Recurso provido. (RMS 17425 / MG Ministra ELIANA CALMON - DJ 22.11.2004 p. 293)

A prescrição do tratamento por médico não credenciado ao SASSEPE não modifica a obrigatoriedade do Estado do seu fornecimento, pois é presumido que o médico é o profissional capacitado para o ato de prescrever medicamento, de forma que não importa a sua qualidade de profissional da rede pública de saúde ou da rede particular. Colaciono a seguir, jurisprudência deste Tribunal neste sentido:

Ementa AGRADO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. MOLÉSTIA GRAVE. PACIENTE GESTANTE. MEDICAMENTO NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL. FORNECIMENTO. POSSIBILIDADE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. AGRADO REGIMENTAL À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial. 2. Enunciado nº 18 desta E. Corte de Justiça. 3. Não há se falar em intervenção do togado singular no mérito administrativo da questão posta, vez que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 4. Não possuindo a agravada recursos financeiros para adquirir medicamento do qual carece, e dada à necessidade de sua utilização, é dever do Estado fornecê-lo gratuitamente, propiciando o tratamento adequado à demandante, vez que é dever do Poder Público, em qualquer de duas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhe os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 5. Não restaram malferidos o art. 196 da CF e a Portaria nº 2577/2006-GM. 6. Agravo regimental improvido. 7. Decisão unânime.

(Agravo Regimental Número do Acórdão 181046-6/01 Comarca Recife Número de Origem 01810466 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto Revisor Órgão Julgador 2º Grupo de Câmaras Cíveis Data de Julgamento 25/3/2009 09:00:00 Publicação 69) (grifos acrescentados)

Neste Tribunal de Justiça tal entendimento está tão pacificado, que já se encontra materializado na Súmula 18, cujo teor transcrevo abaixo:

SÚMULA 18 DO TJPE: Enunciado - É DEVER DO ESTADO-MEMBRO FORNECER AO CIDADÃO CARENTE, SEM ÔNUS PARA ESTE,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

MEDICAMENTO ESSENCIAL AO TRATAMENTO DE MOLÉSTIA GRAVE, AINDA QUE NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos do Agravo de Instrumento nº 202590-1.

Recife, 26/01/2013

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'J. Bosco Gouveia de Melo', written over the typed name.

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -